



**Destaque Rural Nº 262**

6 de Fevereiro de 2024

## **REASSENTAMENTO PÓS-IDAI E ACESSO À TERRA PELAS MULHERES E JOVENS EM BÚZI, SOFALA**

**Uacitissa Mandamule**

### **INTRODUÇÃO**

Durante muito tempo, o estudo sobre os desastres foi considerado um monopólio das ciências da terra (Cabane & Revet, 2015). A partir de 1940, esta abordagem começou a mudar, com a integração desta temática no domínio das ciências humanas e sociais ((Lepointe, 1991). Uma das questões mais controversas que acompanhou o desenvolvimento dos estudos de desastres (*disaster studies*) pelas ciências sociais é a própria definição do que constitui um desastre (Quarantelli, 1998; Perry & Quarantelli, 2005; Perry, 2006). Esta dificuldade pode ser explicada, por um lado, pelo facto de 'desastre' ser considerado um "termo vago" (Bates & Peacock, 1987), e, por outro lado, "uma noção abrangente" (Lepointe, 1991).

Os desastres possuem um impacto considerável num aspecto central da vida das pessoas: a terra (Dunne & Mhone, 2003; Quan & Dyer, 2008). Vastas áreas são devastadas, afectando frequentemente a qualidade do solo e a produtividade agrícola (Charrua et al., 2021), estradas e outras infra-estruturas são destruídas, as colheitas perdem-se e as pessoas são obrigadas a abandonar as suas casas, tanto devido a catástrofes de evolução lenta (secas), como a hidrometeorológicos extremos súbitos, como inundações e ciclones (Lindell, 2013).

Vários autores têm apontado para a estreita relação entre risco climático e território (November et al., 2011; Dauphiné & Provitolo, 2013; Moliner-Dubost, 2016). Por um lado, porque "o risco faz parte de outras dinâmicas territoriais: estruturação da agricultura, desenvolvimento da urbanização, conflitos de uso em áreas expostas, etc." (Langumier, 2011, p. 166); por outro lado, porque "o risco condiciona a atribuição ou o uso do espaço numa perspectiva futura" (Moliner-Dubost, 2016).

De acordo com Avila & Mattedi (2017), o contexto sociopolítico e cultural (redes comunitárias e familiares, costumes, relações de parentesco, etc.) desempenha um papel importante nas representações e percepções do risco e do desastre. Assim, explicam os autores que, se um desastre for percebido numa perspectiva "naturalista", a tendência

será naturalizá-lo, assim como às suas consequências. O mesmo se passa com o risco, cuja percepção social determina as estratégias de sobrevivência.

Rebotier (2011) explica que o risco evolui, não apenas devido a aspectos físicos do assentamento urbano, mas também devido às representações e ao significado social que a noção abrange. O autor mostra, como veremos no caso do Búzi, que o que representa risco para alguns actores pode não o ser para outros. É à volta deste duplo “registo material e imaterial” (Martinais, 2011) e na experiência de eventos passados que os diferentes agregados decidem sobre (i) Partir ou ficar/esperar; (ii) Quando partir (antes, durante ou depois do evento); (iii) Para onde ir; (iv) Quem toma a decisão de partir e (v) quem parte efectivamente: o homem, a mulher, as crianças ou outras pessoas?

Este Destaque Rural tem como objectivo analisar as estratégias de acesso à terra e de resposta ao reassentamento em contexto de desastres ditos “naturais”. A análise parte de entrevistas a diferentes agregados familiares no districto de Búzi, Sofala, e de observação participante, realizada entre maio de 2019 e abril de 2023.

## **TIPOLOGIA DOS AGREGADOS FAMILIARES FACE À DESLOCAÇÃO E REASSENTAMENTO**

O agregado familiar é um elemento importante na estruturação das relações sociais. Como explicam Médard e Golaz (2018), compreender a definição de agregado familiar no contexto específico de uma sociedade pode ajudar a perceber, entre outras coisas, como os recursos são geridos e as desigualdades no acesso e uso desses recursos. A definição de agregado familiar que usamos é a do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE, 2013), ou seja, o conjunto de pessoas que vivem na mesma habitação, com ou sem laços familiares, e cujas despesas para a satisfação das necessidades básicas são suportadas parcial ou totalmente em conjunto.

Ao centrarmo-nos nos agregados familiares, as nossas análises vão para além do núcleo conjugal e dos filhos, abrangendo as pessoas que vivem juntas, sejam, ou não, membros da família alargada. A vantagem de olhar para os agregados familiares deste ponto de vista, num contexto específico de crise e deslocação de populações que dependem principalmente da agricultura, é que nos pode dar uma visão histórica e global da relação das pessoas com a terra, das suas práticas agrícolas e estratégias para garantir a terra (Paul, 2003, 2008; Médard e Golaz, 2018), aspectos de interesse para o nosso estudo. O trabalho de campo realizado em Búzi entre 2019 e 2023 permitiu-nos identificar e

entrevistar cinco categorias de agregados familiares<sup>1</sup>, em função da sua recomposição para responder ao deslocamento forçado pelo desastre. Estas são elas apresentadas à seguir:

### **a) Famílias deslocadas que regressaram às suas zonas de origem**

Búzi é um dos distritos mais afectados por inundações em todo o país. Quando estas acontecem, as pessoas deslocam-se para os centros de refúgio habituais (Mesquita, Mercearia Salvador, Secretaria do governo do distrito, “Ringue”, Igreja Católica, etc.). Para algumas pessoas, esta deslocação é específica ao momento de emergência. Após esta fase, as pessoas tendem a regressar às suas casas, para tentar reconstruir os seus modos de vida a partir do que resta dos escombros. Para estas, apesar da memória de um acontecimento catastrófico, o reassentamento num noutro local não constitui uma alternativa, pois significaria uma ruptura com o seu modo de vida e hábitos, com consequências marcantes em termos sociais, económicos e políticos (Véron e Golaz, 2015). O receio das populações afectadas e o principal factor de rejeição do reassentamento é o difícil acesso à terra para a produção agrícola, sobretudo para o cultivo do arroz. Como relatado pelos nossos interlocutores, para além de conhecido, o risco de inundações é negociado (Revet, 2006) e as pessoas vivem com ele (Moreau, 2017).

### **b) Agregados familiares “fixos” nos centros de reassentamento**

O reassentamento tem maior aceitação por parte de certas categorias de população, que tendem a instalar-se de forma mais permanente nos bairros de reassentamento. É o caso, nomeadamente, das pessoas sem terra na zona de origem, das viúvas, dos idosos, das pessoas com deficiência e dos que possuem poucos meios de transporte. São, com frequência, estas as categorias de pessoas a quem é dada prioridade nos programas de assistência humanitária (alimentação, habitação, reconstrução, etc.).

### **c) Agregados familiares “circulantes”**

Enquanto algumas pessoas rejeitam o reassentamento imediatamente, outras aceitam-no activamente nos primeiros meses após a catástrofe. Após o período de emergência, as pessoas passam da aceitação activa para a negociação da sua permanência nos centros de reassentamento, por uma série de razões. Por um lado, existe a preocupação e a ligação simbólica, identitária e funcional com o território na zona de partida. Em outras palavras, mais do que estar numa zona considerada pelas autoridades como sendo segura para a habitação, o que conta para as pessoas é o que Florence Weber (2020) chama de “necessidade de estar em casa” (*le besoin d’être chez soi*), que é “uma ligação pessoal a

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 2020, o Distrito de Búzi contava com 13 bairros de reassentamento, divididos pelas localidades de Bândua (3), Estaquinha (4), Guara-Guara (3) e Gruja). No total, tinham sido demarcadas 5.404 parcelas de terra em todas estas localidades.

um espaço material dotado de relações”. Segundo a autora, sem esta ligação, nenhum indivíduo é capaz de enfrentar as incertezas de um mundo instável.

Por outro lado, existe um acesso relativamente fácil a terras produtivas, múltiplas oportunidades económicas, e, por outro lado, o acesso mais difícil a determinados serviços públicos (educação, saúde, transportes e mercados de venda e de consumo para os produtos agrícolas) que, muitas vezes, não estão disponíveis nos novos bairros, nos momentos iniciais ao reassentamento. Assim, para estas famílias, a vida organiza-se numa dupla interface entre a aspiração de possuir e garantir um lugar seguro para a habitação, nos centros de reassentamento e a obrigação de satisfazer necessidades ocasionais de subsistência, daí este movimento pendular entre um lugar e outro. Estas pessoas são localmente conhecidas como "circulantes", o que significa que não vivem nos centros de reassentamento, mas deslocam-se para lá de vez em quando, muitas vezes com a intenção de beneficiar dos programas de distribuição de ajuda humanitária ou outros.

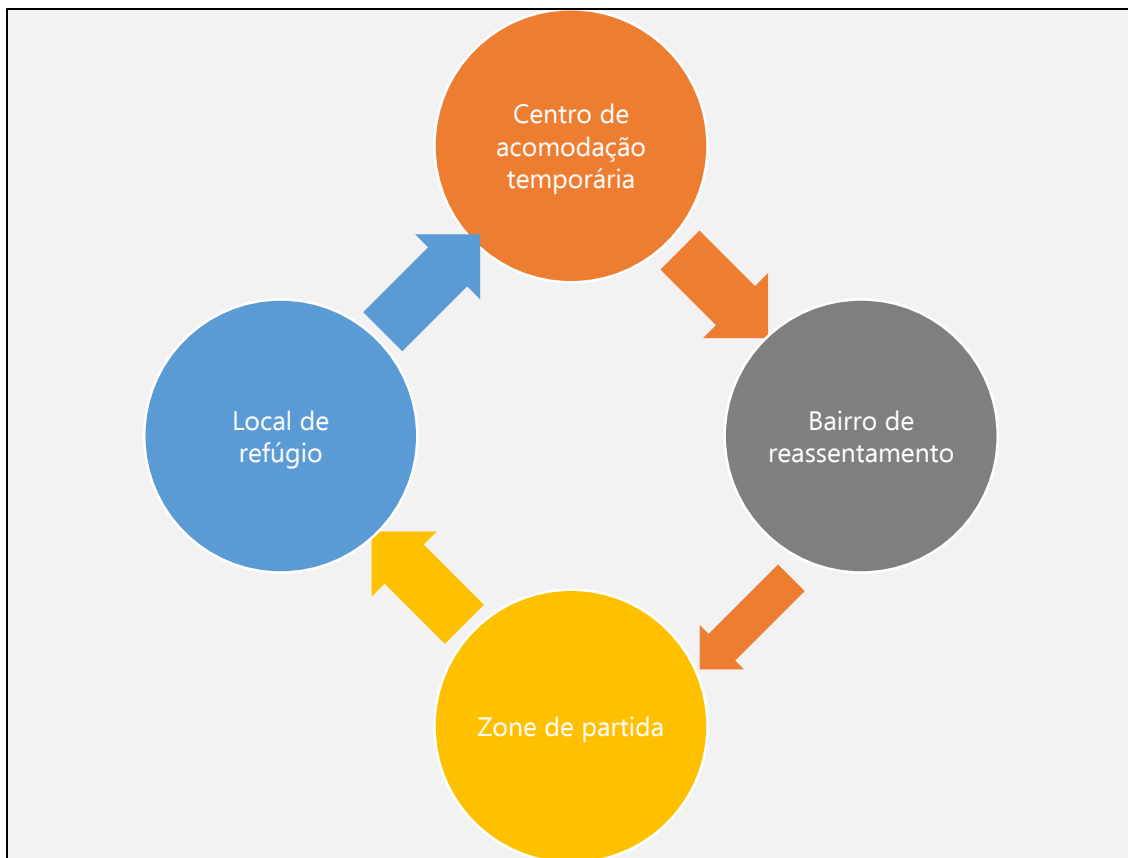


Figura 1 : Mobilidade das pessoas no contexto de um desastre.  
Elaboração: U. Mandamule. Fonte: entrevistas.

#### **d) Agregados familiares de “nativos” da zona de reassentamento**

O território é um elemento central no processo de reassentamento. O reassentamento das populações deslocadas pelo Idai resultou em conflitos e um "deslocamento em cascata" (Pescaroli & Alexander, 2015; Johnson et al., 2021) das populações locais. Segundo Johnson *et al.* (2021), o deslocamento em cascata (*cascading displacement*) ocorre quando o deslocamento e o reassentamento (subsequente ou potencial) de um grupo levam ao aumento da insegurança e, possivelmente, ao deslocamento ou ao medo de deslocamento entre outros grupos que vivem na área ou em áreas próximas à seleccionada para o reassentamento. O simples facto de Guara-Guara ter sido identificada como o local para o reassentamento dos deslocados da vila de Búzi e doutras localidades já começa a preocupar as populações que vivem perto das novas áreas de reassentamento, que temem perder as suas terras e recursos florestais. Essa preocupação foi exacerbada pelo facto de terem sido criados dois outros bairros de reassentamento para acomodar as pessoas deslocadas pelas inundações no início dos anos 2020 e 2021.

#### **e) Agregados familiares de pessoas não reassentadas**

A vida nos centros de reassentamento favorece o desenvolvimento de trocas com pessoas de fora, em torno de recursos por vezes reservados exclusivamente aos deslocados. Estes são agregados cuja instalação nos centros não resulta directamente de um processo de reassentamento pós-desastre, mas de acordos e transacções informais com as pessoas reassentadas. Desta forma, é criado um sistema em que os residentes reassentados transferem alguns dos seus direitos para os novos ocupantes, nomeadamente os relacionados com o acesso à terra e os usos que lhes estão associadas. Apesar desta transferência, o nome da pessoa que cede a sua parcela de terra continua a figurar na lista dos beneficiários, o que lhe confere a prerrogativa de continuar a beneficiar de todos os outros direitos reservados àqueles, como o direito à ajuda alimentar. Os novos ocupantes podem construir casas e cultivar, mas não beneficiam dos programas de ajuda humanitária.

## REASSENTAMENTO PÓS-IDAÍ, AUTO-REALIZAÇÃO E ACESSO À TERRA PELAS MULHERES E JOVENS

Em Búzi, o Idai criou uma elite local que se consolidou, financeira e socialmente, através do emprego em ONGs internacionais locais. Alguns dos "beneficiários colaterais" (Olivier de Sardan, 2011) eram funcionários públicos que tinham deixado o aparelho do Estado para trabalhar em algumas ONGs que actuavam na região, onde eram melhor pagos e mais respeitados localmente. As t-shirts e coletes com os nomes das organizações, os carros em que viajam constantemente entre a vila de Búzi - onde viviam - e os centros onde prestavam ajuda, são alguns dos sinais distintivos e identificadores das pessoas que "ganharam com o desastre".

Alguns residentes dos bairros próximos aos centros de reassentamento também beneficiaram de empregos nas ONGs, após o desastre. Para estes, o domínio do Ndaou, língua maioritariamente falada localmente, combinado com o conhecimento dos princípios e da linguagem humanitária internacional, e algumas noções de inglês, lido ou escrito, eram as principais condições para a contratação. O inglês era necessário para entender os questionários de assistência das ONGs, escritos em inglês, e aplicá-los à população reassentada em português ou ndau, e também comunicar-se com os "chefes" dessas ONGs.

Algumas mulheres mencionaram terem-se autonomizado financeiramente graças ao trabalho nas ONGs. As mulheres que entrevistámos disseram que tinham trabalhado como activistas e conselheiras para divulgar práticas de saneamento, por exemplo. Com a remuneração conseguida, puderam comprar os materiais necessários para construir casas melhoradas com materiais locais (madeira, palha, colmo), uma alternativa às tendas onde viveram durante mais de um ano, em alguns casos.

Para as mulheres jovens, o reassentamento representa a concretização de um projecto de acesso a terra e de separação da casa dos pais e dos outros irmãos, um projecto que não seria possível fora do casamento ou da compra. Nas sociedades patrilineares, como a do Búzi, a transmissão do poder e a herança da terra e dos bens familiares é feita do pai para o filho mais velho ou outro parente na linha paterna. Para as mulheres, o acesso à terra só é possível através do casamento, que lhes permite cultivar a terra do marido. Neste último caso, elas trabalham nas machambas da família até casar e instalarem-se na terra do marido (Muteia, 1996; Agy, 2017).



Figura 2 : Mulher reassentada no bairro Masquil-Alto 1.  
Foto. U Mandamule. Novembro 2020.

Assim, tendo em conta as normas sociais de acesso, transmissão e herança da terra, a posse de uma parcela de terra (20x30 m) na zona de reassentamento representa o início do projecto de empoderamento das mulheres jovens, enquanto lhes dá uma certa segurança de posse. O caso de Amélia, 31 anos, ilustra esta situação. É a mais nova de 7 irmãos. Na altura da nossa conversa, Amélia tinha dois filhos, Carolina e António, nascidos em 2013 e 2017, respectivamente. Após separar-se do pai dos filhos, em 2018, regressou a Maverengue (Bândua) para viver com o pai e os dois filhos. Encontrava-se lá quando houve o ciclone e de seguida as inundações. Amélia desloca-se uma vez por semana entre o centro de reassentamento e a sua área de origem, onde a família tem uma machamba de arroz e milho (1,5 ha). Amélia mostrou-se segura com a ideia de ter uma parcela de terra no centro de reassentamento de Masquil Alto 2, sobretudo quando pensava na possibilidade de um eventual regresso das suas irmãs mais velhas à casa do pai, em Bândua:

*"Agora tenho a minha própria casa. Gosto muito dela! Quando vivia com o meu pai, no mesmo terreno, era possível que, com o passar do tempo, os meus irmãos e irmãs, que estão fora (neste momento), voltassem para casa. Mas [agora] estou no meu próprio pedaço de terra; já estou na minha própria casa"* (Amélia, Masquil Alto 2, entrevista de 28 de Outubro de 2020).

Muitos jovens, do sexo masculino, também se interessaram em adquirir parcelas de terra nas áreas de reassentamento. Para estes jovens, a posse de terra é socialmente um símbolo de maturidade e de realização pessoal. Como explicam certos autores (Singerman, 2007; Honwana, 2013), das zonas urbanas às zonas rurais, a maturidade e a respeitabilidade, e mesmo o sucesso pessoal, são também medidos pela posse de uma parcela de terra. O terreno é uma marca importante da masculinidade (*manhood*), não considerada em termos de idade, como explica (Honwana, 2013) no seu ensaio sobre *waithood* (latência entre a infância e a juventude), que inspirou o termo *manhood* aqui utilizado. Tal como para esta autora, pensamos a masculinidade em termos da emergência de novos "papéis, responsabilidades e realizações sociais e identitárias" (Honwana, 2013). Assim, um homem adulto (casado ou solteiro) que ainda vive com os pais ou familiares é considerado um jovem, mesmo que contribua financeiramente para as despesas domésticas. Só se torna um adulto respeitável quando deixa a casa dos pais para viver na sua própria casa, na sua própria terra.

Por exemplo, antes do Idai, Eugénio vivia com os seus tios na vila de Búzi, onde também estava a estudar. Era o seu último ano do ensino secundário geral e sonhava um dia tornar-se professor. Ele diz que, apesar do trauma do desastre e do ano lectivo perdido, a sua vida mudou para melhor porque, graças ao reassentamento, pôde deixar a casa dos seus tios e ter a sua própria, que construiu graças aos pequenos trabalhos que fazia no centro:

*"(...) Como dizemos na minha língua materna, "ku chata ku zwi nwene, kunakwa ku zwi nwene". Isto significa: "Posso perder aqui, mas ao mesmo tempo ganhar noutra lado". Por isso, sem o Idai, estaria ainda com os meus tios.*

Estes jovens vivem a sua *manhood* num estado *waithood*, isto é, à espera dos programas de construção de habitações anunciados aquando da atribuição das parcelas de terra. Entretanto, alguns dos jovens que encontramos em 2020 tinham deixado as suas terras na área de reassentamento com um membro da família (muitas vezes a sua companheira) para procurar trabalho remunerado nas capitais provinciais vizinhas da Beira e de Chimoio. Os que ficaram para trás estavam ocupados entre o cultivo dos campos alugados na zona de reassentamento, geralmente muito distantes da zona de habitação, o comércio informal e trabalhos sazonais - como a construção de estradas.

Assim como Amélia e Eugénio, estes jovens (homens e mulheres) passam a ter a sua própria parcela de terra, graças ao reassentamento, o que lhes confere também o direito à ajuda alimentar. No entanto, por falta de oportunidades económicas, este projecto de empoderamento é incompleto. Eles e elas continuam a depender dos seus familiares para a sua reprodução social e subsistência, uma situação que tenderá a agravar-se quando a ajuda alimentar terminar. Isto pode, a curto e médio prazos, levar ao abandono do reassentamento e o retorno às áreas consideradas de risco.



## CONCLUSÃO

O reassentamento das populações em Guara-Guara deve ser vista em várias dimensões: social, espacial, simbólica, económica e política, com a emergência de uma pequena elite local graças à presença das ONGs e um campesinato com limitado acesso às suas terras nas zonas de partida devido às imposições das ONGs e do governo local. A resposta ao reassentamento é diferente entre os agregados familiares e pode assumir várias formas:

- *Uma fixação "voluntária"*: resultado do equilíbrio que as pessoas fazem entre a sua situação antes do desastre e após o reassentamento. Para algumas pessoas, a promessa de reconstrução constitui uma oportunidade para melhorar a sua situação social. Para os jovens, é a oportunidade de concretizar um projecto de aquisição de terras e de realização pessoal.
- *Movimentos circulares e divisão do agregado familiar para o acesso aos recursos*: o acesso limitado à terra para as actividades agrícolas, principal fonte de subsistência das famílias, leva a uma estratégia de "partir para ficar" (Blondin, 2021), isto é, um membro do agregado (geralmente o homem ou mulher chefes de família) partem para o reassentamento, enquanto a outra parte do agregado familiar fica na zona de origem. A ajuda humanitária recebida pelo membro no bairro de reassentamento é partilhada com os restantes.
- *Retorno "definitivo" às zonas de origem*, até que haja um outro evento. Este retorno é motivado pela "necessidade de estar em casa" (Weber, 2020) e pela forte ligação com a terra e o território. Para a população, a cidade do Búzi oferece uma "segurança ontológica" que não se encontra em Guara-Guara, ou seja, segundo Giddens, citado por (Moser & Weil-Dubuc, 2017), a segurança ontológica refere-se à confiança na continuidade da sua própria identidade e na constância do seu ambiente social e material. Para a população, isto é muito mais importante do que a simples ideia de viver numa zona onde o risco de inundações seja mínimo. Assim, o retorno e a permanência são simultaneamente um acto de resistência e uma forma de adaptação.

Se, por um lado, certas pessoas ganharam autonomia em termos de posse da terra graças ao reassentamento, as pessoas das zonas de acolhimento passam por um processo de "deslocação em cascata", que compromete, tanto a sua segurança fundiária, como alimentar. Para muitas pessoas na vila de Búzi, o reassentamento definitivo em novas zonas continua a não ser uma opção. No entanto, a deslocação "circular" ou pendular entre as zonas de origem e os bairros de reassentamento é cada vez mais adoptada, daí os esforços de reconstrução, nas duas zonas.

No contexto actual da revisão da lei de terras, torna-se necessário considerar as estratégias de resposta ao reassentamento acima descritas, sendo esta a principal estratégia do governo para o problema das inundações no país. A consulta às populações das zonas de reassentamento deve ser priorizada, por forma a evitar conflitos de terra. Mais do que focar-se na necessidade de reassentar, por vezes de forma forçada, é importante considerar que a imobilidade pode, muitas vezes, ser voluntária. As pessoas podem e sentem “necessidade de estar em suas casas”, um aspecto que é bastante negligenciado nas abordagens de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas em Moçambique.

## BIBLIOGRAFIA

- AGY, A. R. (2017). *Género e relações de poder na região sul de moçambique -uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza* (Observador Rural 50). OMR. [https://www.researchgate.net/publication/335234990\\_GENERO\\_E\\_RELACOES\\_DE\\_PODER\\_NA\\_REGIAO\\_SUL\\_DE\\_MOCAMBIQUE\\_-UMA\\_ANALISE\\_SOBRE\\_A\\_LOCALIDADE\\_DE\\_MUCOTUENE\\_NA\\_PROVINCIA\\_DE\\_GAZA\\_Aleia\\_Rachide\\_Agy\\_N\\_50\\_Abril\\_2017\\_Observador\\_Rural](https://www.researchgate.net/publication/335234990_GENERO_E_RELACOES_DE_PODER_NA_REGIAO_SUL_DE_MOCAMBIQUE_-UMA_ANALISE_SOBRE_A_LOCALIDADE_DE_MUCOTUENE_NA_PROVINCIA_DE_GAZA_Aleia_Rachide_Agy_N_50_Abril_2017_Observador_Rural)
- AVILA, M. R. R., & Mattedi, M. A. (2017). Desastre e território: A produção da vulnerabilidade a desastres na cidade de Blumenau/SC. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 9(2), 187–202. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.002.ao03>
- BATES, F. L., & Peacock, W. G. (1987). Disaster and Social Change. Em R. R. Dynes, Marchi, & C. Pelanda (Eds.), *Sociology of disaster. Contribution of sociology to disaster research*. ISA Research Committee on Disasters. <https://oaktrust.library.tamu.edu/handle/1969.1/175122>
- BLONDIN, S. (2021). Staying despite disaster risks: Place attachment, voluntary immobility and adaptation in Tajikistan’s Pamir Mountains. *Geoforum*, 126, 290–301. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2021.08.009>
- CABANE, L., & Revet, S. (2015). La cause des catastrophes. Concurrences scientifiques et actions politiques dans un monde transnational. *Politix*, n° 111(3), 47–67.
- CHARRUA, A. B., Padmanaban, R., Cabral, P., Bandeira, S., & Romeiras, M. M. (2021). Impacts of the Tropical Cyclone Idai in Mozambique: A Multi-Temporal Landsat Satellite Imagery Analysis. *Remote Sensing*, 13(2), Art. 2. <https://doi.org/10.3390/rs13020201>
- DAUPHINÉ, A., & Provitolo, D. (2013). *Risques et catastrophes. Observer, spatialiser, comprendre gérer* (2ed ed.). Armand Colin. <https://doi.org/10.3917/arco.dauph.2013.01>
- DUNNE, P., & Mhone, G. (2003). *Africa’s crises: Recent analysis of armed conflicts and natural disasters in Africa* (ILO working papers). International Labour Office.
- HONWANA, A. (2013). *Youth, Waithood, and Protest Movements in Africa*. Lugard Lecture 2013, Londres. <https://africanarguments.org/2013/08/youth-waithood-and-protest-movements-in-africa-by-alcinda-honwana/>

- JOHNSON, K., Mortensen, S., Gueguen-Teil, C., & Torre, A. (2021). Displaced by climate and disaster-induced relocations: Experiences of cascading displacement in Fiji and the Philippines. *Disasters*, 46. <https://doi.org/10.1111/disa.12475>
- LANGUMIER, J. (2011). Mémoire et oubli, peur et déni: Dynamiques du risque sur un territoire sinistré. Em V. November, M. Penelas, & Viot, *Habiter les territoires à risque* (pp. 165–183). Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- LANGUMIER, J. (2013). Concerter, négocier, mobiliser. Retour critique sur la «culture du risque» à partir du Plan Rhône en France. Em S. Revet & J. Langumier, *Le gouvernement des catastrophes* (pp. 147–184). Karthala.
- LEPOINTE, E. (1991). Le sociologue et les désastres. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 90, 145–174. JSTOR.
- LINDELL, M. K. (2013). Disaster studies. *Current Sociology*, 61(5–6), 797–825. <https://doi.org/10.1177/0011392113484456>
- MARTINAIS, E. (2011). L'emprise du risque sur les espaces industriels. Em V. November, M. Penelas, & P. Viot (Eds.), *Habiter les territoires à risque* (pp. 101–119). Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- MÉDARD, C., & Golaz, V. (2018). Entwined values: Protecting and subdividing land in Buganda. *Critical African Studies*, 10(1), 47–66.
- Moliner-Dubost, M. (2016). Le territoire du risque. *Revue juridique de l'Environnement*, 41(3), 468–475. <https://doi.org/10.3406/rjenv.2016.6890>
- MOREAU, Y. (2017). *Vivre avec les catastrophes*. Presses Universitaires de France. <https://doi.org/10.3917/puf.morea.2017.03>
- MOSER, S. J., & Weil-Dubuc, P.-L. (2017). Ontological security: An issue of justice. *Gerontologie et société*, 39(154)(3), 95–108.
- MUTEIA, H. (1996). *A problemática de terras em Moçambique. Subsídios para a revisão da legislação*. Muleide.
- NOVEMBER, V., Penelas, M., & Viot, P. (2011). *Habiter les territoires à risques*. Presses Polytechniques et Universitaires Romandes. <https://www.decitre.fr/livres/habiter-les-territoires-a-risques-9782880749378.html>
- OLIVIER DE SARDAN, J.-P. (2011). Aide humanitaire ou aide au développement ? La « famine » de 2005 au Niger. *Ethnologie française*, 41(3), 415–429. <https://doi.org/10.3917/ethn.113.0415>
- PAUL, J.-L. (2003). *Anthropologie historique des Hautes Terres de Tanzanie orientale: Stratégies de peuplement et reproduction sociale chez les Luguru matrilineaires*. Karthala. <https://www.amazon.fr/Anthropologie-historique-Hautes-Tanzanie-orientale/dp/2845863713>

- PAUL, J.-L. (2008). Au-delà de Femmes, Greniers et Capitaux. Aire fructifier l'héritage de Claude Meillassoux. *Journal des anthropologues [En ligne]*, 114–115, 1–15. <https://doi.org/DOI : 10.4000/jda.325>
- PERRY, R. W. (2006). What Is a Disaster? Em H. Rodríguez, E. L. Quarantelli, & R. R. Dynes (Eds.), *Handbook of Disaster Research* (pp. 1–15). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-0-387-32353-4\\_1](https://doi.org/10.1007/978-0-387-32353-4_1)
- PERRY, R. W., & Quarantelli, E. L. (Eds.). (2005). *What is a Disaster? New answers to old questions*. Xlibris, Corporation.
- PESCAROLI, G., & Alexander, De. (2015). *A definition of cascading disasters and cascading effects: Going beyond the "toppling dominos" metaphor*. 3(1).
- QUAN, J., & Dyer, N. (2008). *Climate change and land tenure The implications of climate change for land tenure and land policy*. (Land Tenure Working Paper 2; p. 56p.). FAO/IIED.
- QUARANTELLI, E. L. (Ed.). (1998). *What is a Disaster? A dozen perspectives on the question* (1.<sup>a</sup> ed.). Taylor & Francis e-library.
- REBOTIER, J. (2011). Habiter les territoires et construire les risques: Entre empreintes spatiales et logiques sociales. Em V. November, M. Penelas, & P. Viot (Eds.), *Habiter les territoires à risques* (pp. 81–100). Presses Polytechniques et Universitaires Romandes.
- REVET, S. (2006). Le risque négocié. Conflits et ajustements autour de la reconstruction de Vargas (Venezuela). *Autrepart*, n° 37(1), 163–181.
- SINGERMAN, D. (2007). *The Economic Imperatives of Marriage: Emerging Practices and Identities Among Youth in the Middle East* (SSRN Scholarly Paper 6). Wolfensohn Center for Development/ Dubai School of Government. <https://papers.ssrn.com/abstract=1087433>
- VÉRON, J., & Golaz, V. (2015). Can environmental migration be measured? *Population Societies*, 522(5), 1–4.
- WEBER, F. (2020). *Le souci du territoire. Un espoir pour le XXI<sup>e</sup> siècle*. [https://www.researchgate.net/publication/343826242\\_Le\\_souci\\_du\\_territoire\\_Un\\_espoir\\_pour\\_le\\_XXI\\_e\\_siecle](https://www.researchgate.net/publication/343826242_Le_souci_du_territoire_Un_espoir_pour_le_XXI_e_siecle)